

Reforma antecipada

Uma história de sucesso

2

Privatizações dos hospitais

Problemas para trabalhadores e doentes

3

Projecto Portugal

Formação para trabalhadores da construção

4

Nr. 2 | Março 2013 | português

Sai como suplemento do jornal «work» | Redacção T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch

Votações federais de 3 de Março

O pára-quedas dourado levou um bom corte



Contra salários abusivos e pára-quedas dourados!

A decisão dos cidadãos suíços foi muito clara: 67,9% votaram contra os salários abusivos de gestores e administradores. Os eleitores aprovaram ainda a iniciativa pelo salário mínimo no cantão de Jura e recusaram a liberalização dos horários de abertura das lojas na cidade de Basileia. Os resultados são claros: a população não quer milhares de trabalhadores a receberem salários

baixos que mal chegam para sobreviver, enquanto outros recebem salários milionários.

A aprovação da iniciativa contra salários abusivos e o sim, no cantão do Jura, à iniciativa popular que proíbe salários baixos e introduz salários mínimos obrigatórios, são sinais inconfundíveis do desejo de uma maior justiça distributiva. A população está farta que na Suíça os grandes administradores e accionistas acumulem riqueza, enquanto do outro lado se silencia o escândalo de salários baixíssimos. A mensagem é clara: a política tem de acabar com a mentalidade egoísta daqueles que sugam tudo só em proveito próprio. E tem de acabar com o escândalo dos salários baixos na Suíça.

Acabar com o escândalo dos salários baixos

Os administradores com os seus prémios milionários e pára-quedas dourados (indenizações chorudas quando deixam a empresa) são muito criticados na população. Menos conhecido – mas igualmente revoltante – é que, enquanto alguns enriquecem de forma vergonhosa, há na Suíça 440 000 trabalhadores com salários inferiores a 4000 Fr. Isto mal chega para ter uma vida digna. A posição defendida pelos representantes dos empregadores, de que as pessoas podem recorrer ao auxílio social quando os salários não chegam, é um argumento cínico.

Agora importante é a aplicação prática

A iniciativa é um passo no sentido certo, mas ela sozinha nada altera ao roubo que são estes salários abusivos. Os salários dos administradores têm de ser claramente limitados. É isso que a iniciativa 1:12 dos Jovens Socialistas (Juso) prevê. Ela exige que, numa mesma empresa, nenhum trabalhador ganhe num ano menos do que o administrador mais bem pago num mês. Actualmente os administradores mais bem pagos ganham em

média 73 vezes mais do que os trabalhadores com os salários mais baixos. Esta iniciativa deverá ir a referendo no Outono deste ano.

Jura: introdução de salário mínimo

Depois de Neuchâtel, Jura é o segundo cantão que introduz um salário mínimo estabelecido por lei. A iniciativa popular, que o Unia apoiou activamente, foi aprovada com uma percentagem de 54,2% dos votos. O problema dos salários baixos e do aumento da pressão sobre os salários tem de ser, no entanto, resolvido a nível nacional. A iniciativa pelo salário mínimo, lançada pelos sindicatos, ao exigir um salário mínimo de 4000 Fr. e que os salários sejam melhor protegidos, apresenta uma tal solução. O Unia desafia agora os representantes do povo em Berna a apoiarem a iniciativa pelo salário mínimo por ocasião da consulta parlamentar que está iminente.

Basileia: não a horários de aberturas mais longos

Os cidadãos de Basileia recusaram o alargamento dos horários de abertura das lojas até às 20 h aos sábados. Já em votações semelhantes nos cantões de Zurique, Lucerna, St. Gallen e Genebra, os cidadãos tinham votado claramente contra o alargamento dos horários de abertura das lojas. A população está contente com os horários de abertura actuais e dá mais importância à protecção dos trabalhadores do que aos interesses de lucros das grandes cadeias. O Unia exige do conselho federal e do parlamento que finalmente respeite a vontade do povo e recuse os projectos-lei actualmente pendentes, que pretendem liberalizar o trabalho ao domingo (moção Abate) e um alargamento substancial dos actuais horários de abertura durante a semana (moção Lombardi).

Editorial



Estimadas leitoras, estimados leitores

5260 é o número de anos que um trabalhador com um salário suíço médio (6000 Fr) teria de trabalhar para chegar aos 420 000 000 Fr. que o senhor Vasella recebeu da Novartis. Os salários chorudos de administradores e gestores são sempre fonte de irritação: que prestações tão extraordinárias terão estes senhores e muito poucas senhoras para receberem um salário tão superior ao de um trabalhador normal? Apesar de tão evidente injustiça, este é não o problema essencial do nosso sistema económico – eles são um sintoma de uma doença muito mais perigosa: o domínio das finanças e do ultraliberalismo no nosso mundo e o poder destes sobre os políticos.

Os países do sul da Europa conhecem bem o problema. Para os salários de gestores e para os bancos não faltam dinheiro e apoios do estado. Para a população em geral só há cada vez mais impostos e programas de austeridade. Os políticos repetem o mantra de que o estado social é demasiado caro e poupam na saúde, na educação, nas prestações sociais, mas nunca nos verdadeiros vigaristas do mundo das finanças. O objectivo é acabar com o estado social e criar mão-de-obra barata. O primeiro-ministro português foi claro: «temos de empobrecer». Mas «esqueceu-se» de dizer que isso não é para todos, há muitos Vasellas que estão cada vez mais ricos. Ao aceitar a iniciativa contra salários abusivos, a população suíça expressou claramente a sua revolta e insatisfação. Mas esta decisão é só um pequeno calmante. A verdadeira doença, o ultraliberalismo, alastra sem parar e dá cabo das economias dos países atacados. Contra ela os trabalhadores têm de continuar a lutar.

Marília Mendes

Secretária pela migração e membro da redacção

Notícias breves

CCT das lojas de bombas de gasolina em Friburgo



A partir de 1 de Março, Friburgo tem, como primeiro cantão na Suíça, um CCT de força obrigatória para as lojas das bombas de gasolina. O governo respondeu assim positivamente a um requerimento dos sindicatos Unia e Syna. Até aqui só estavam sujeitos ao CCT cerca de três quartos das lojas de bombas de gasolina, aquelas que são sócias da associação patronal. Agora o CCT é válido para todas. Os sindicatos querem impedir a degradação das condições laborais com o aumento deste tipo de lojas.

Revisão da lei de cidadania: recomendações da CIP

Com a revisão da lei de cidadania, o conselho federal quer harmonizar a naturalização. Mas as propostas que a comissão das instituições políticas do parlamento (CIP) apresentou no passado mês de Fevereiro prevêem sobretudo um endurecimento do processo. Afectadas por esta proposta são pessoas com o estatuto de «pessoa admitida provisoriamente» (permit F), porque os anos que vivem na Suíça com este estatuto não contam para efeitos de naturalização, ao contrário do que acontece agora. Também os jovens são afectados: actualmente, os anos vividos na Suíça entre o 10º e o 20º ano de vida contam a dobrar, algo que a comissão quer eliminar. Além disso, só se poderá naturalizar quem tiver uma autorização de permanência (permit C).

Contribuições profissionais 2012

Já pediu o reembolso da sua contribuição profissional? Aos sócios do Unia são devolvidos, por ano e dependendo do valor da sua quota sindical, 60 a 120 francos da contribuição profissional. Se ainda não pediu a devolução, contacte a sua região. Esta aconselha-o e ajuda-o.

Salários baixíssimos: 437 000 escândalos para uma Suíça rica

Na Suíça rica, 11,8% dos trabalhadores ganham salários baixíssimos, que muitas vezes nem chegam para a sua sobrevivência. Este foi o resultado de um estudo da Universidade de Genebra encomendado pela USS. Para mostrar este escândalo, o Unia preparou um sistema de indicação de salários mínimos em: <http://mindestlohn.uniaktion.ch/mitmachen/tieflohnmelder/>

Mudanças na Segurança Social em 2013

Ligeira subida das pensões de reforma e invalidez

Pensões, segundo e terceiro pilares, abono de família... Muitas são as novidades na segurança social em 2013. Eis aqui as mais importantes.

Pensões de reforma (AHV/AVS) e de invalidez (IV/AI)

Estes são os valores mínimos e máximos das pensões de reforma e de invalidez desde 1 de Janeiro de 2013:

	Mínima	Máxima
Pensão de reforma	1170.-	2340.-
Pensão de invalidez (100%)	1170.-	2340.-
Pensão de reforma		Casais 3510.-

Prestações complementares

Têm direito a prestações complementares os/as beneficiários/as das pensões de reforma e de invalidez com rendimentos inferiores ao mínimo para cobrir as necessidades básicas. Os rendimentos do pensionista são comparados, segundo critérios legais, com os gastos. Se estes superarem os rendimentos, tem-se direito à prestação complementar. O cálculo dos gastos é feito com base num valor fixo*. Em 2013 esse valor é:

Para pessoas sós	19210.-
Para casais	28815.-

*Não inclui aluguer, seguro de saúde e outros gastos reconhecidos pela lei.



Pequenas melhorias para os reformados em 2013.

Têm direito a um subsídio para assistência os pensionistas ou os reformados por invalidez que dependam de ajuda para as tarefas diárias.

Subsídio da AHV/AVS para assistência:

Dependência de elevado grau	936.-
Dependência média	585.-
Dependência ligeira	234.-

Importante: Estas prestações não são automáticas, têm de ser requeridas. Os valores para jovens são diferentes.

Descontos mínimos para a AHV/AVS

Aumentaram para 480 Fr. os descontos mínimos para a AHV/AVS a fa-

zer por pessoas que não trabalham e trabalhadores por conta própria que recebam menos de 9400 Fr. ao ano. O desconto máximo é de 24000 Fr. Os descontos para o seguro voluntário sobem para um mínimo de 914 Fr. Este pode ser feito por cidadãos suíços, da UE e da EFTA que vivam fora do espaço da UE e da EFTA e tenham contribuído no mínimo 5 anos para a AHV/AVS.

Previdência profissional (segundo pilar)

Desde 1.1.2013, o valor mínimo para se estar sujeito à previdência profissional é de 21 060 Fr.

Dez anos de reforma antecipada (FAR) na construção

Uma história de sucesso



A reforma antecipada foi introduzida no ramo da construção há 10 anos. E é uma história de sucesso. Cada vez mais ramos oferecem a possibilidade de reforma antecipada.

Quando os sindicatos exigiram a reforma antecipada para os trabalhadores da construção, os empreiteiros disseram que não era possível. 10 anos depois da introdução da idade de reforma flexível (FAR), sabe-se que é possível. Os números do sucesso: a Fundação FAR, fundada a 1 de Julho de 2003 pelos sindicatos da construção e a Sociedade Suíça de Empresários da Construção, possibilitou que 10 500 trabalhadores da construção se reformassem aos 60 anos recebendo até à reforma regular uma pensão transitória média de 4352 Fr. Cerca de metade dos trabalhadores que se reformaram antecipadamente já atingiram a idade da reforma.



A luta pela reforma antecipada valeu a pena!

Dinheiro para reformas antecipadas garantido

Contribuíram para a fundação, até meados do ano passado, 7055 empresas com 88 372 empregados. Elas pagaram nestes 10 anos cerca de 2,5 mil milhões de francos (5% do

valor dos salários, sendo 4% pagos pelo empregador e 1% pelos trabalhadores). A taxa de cobertura é de 120,8%. A reforma antecipada dos trabalhadores da construção está assim, nos próximos tempos, garantida.

Face a isto, os empregadores não querem mais saber do seu «não» anterior. Hoje em dia eles usam o argumento do FAR para atrair trabalhadores para o seu ramo.

⇒ Aurora García

O ramo principal da construção não é o único que tem uma solução para a reforma antecipada. Entretanto, esta existe também noutros ramos. Segue uma lista dos CCTs ou dos ramos que introduziram a possibilidade de reforma antecipada:

- Industrie de la construction VD (CRP) (Ramos afins da construção, Vaud)
- CCT Andaines
- Retabat (Construção e ladrilhadores, Valais)

- KAV (CCT) Holcim
- CCRAMB – Bâtiment/Métallurgie Genève (Construção/Metalurgia, Genebra)
- Indústria relojoeira e microtécnica da Suíça alemã – PREVHOR
- CCT do Grupo IBA, Aarau (Empresas industriais de Aarau/centrais eléctricas)
- Papierindustrie Schweiz (Indústria de papel e celulose)
- MPS Micro Precision Systems, Biel/Bonfol (indústria relojoeira)

- Vorruehstandmodell (VRM), Telhados e paredes
- Indústria de mármore e granito
- Retaval (Instalações sanitários/canalizadores, aquecimento/ventilação, metalurgia, instalações eléctricas, Valais)
- Indústria de isolamentos (sem GE, VD, VS)
- CCT Indústria automóvel, Valais
- CCRA (RESOR), Second Oeuvre Romandie (Ramos afins da construção, Suíça francesa)

- Indústria de carroçaria, Suíça
- CCT nacional da indústria suíça de serralharia, metalurgia, máquinas agrícolas, construções de ferro e aço
- MÉTAL VAUD: Serralharia e construções metálicas, de isolamento e de isolamento térmico do cantão de VD (ramo metalúrgico de Vaud)
- Indústria de instalações eléctricas e de telecomunicações da Suíça
- CCT do Coop
- CCT da hotelaria-restauração

Saúde, privatizações

Uma onda de privatizações atinge os hospitais suíços

22 trabalhadores do hospital La Providence, de Neuchâtel, lutam desde Novembro de 2012 contra a privatização do hospital. Esta luta laboral mostra bem as consequências negativas para trabalhadores e doentes da nova forma de financiamento e da privatização dos hospitais públicos.



Os trabalhadores lutam pelo seu CCT.

O hospital La Providence foi incorporado no grupo de clínicas privadas Grenolier. Já no ano passado foram anunciados despedimentos, transferência de serviços e a denúncia do contrato colectivo de trabalho (CCT). Mas La Providence pertence à rede de hospitais que fornecem serviços de saúde públicos e que, por isso, recebem subvenções do estado. Esses hospitais têm de cumprir o CCT dos hospitais, «Santé 21». Só que Grenolier quer as subvenções do estado, mas não o CCT. E o governo do cantão de Neuchâtel aceita esta excepção! Os 22 grevistas que lutam contra a denúncia do CCT foram despedidos sem pré-aviso. Foi apresentada queixa, mas ainda não há uma decisão do tribunal.

Novo financiamento hospitalar: pressão sobre os hospitais

O caso de La Providence evidencia os lados negativos da privatização, da transferência de serviços e do financiamento hospitalar introduzido em 2012. Desde há um ano que os hospitais são financiados pela cha-

mada «tarifa por caso» (em alemão: Fallpauschale; em francês: forfait par cas): aos hospitais não são pagos os custos efectivos que têm, mas um valor pré-estabelecido para cada caso. Isto significa que é determinado um valor para cada diagnóstico, cada operação, cada intervenção. Este valor, a tarifa por caso, é pago ao hospital pelo estado. Mas se o tratamento for mais caro, o hospital tem de assumir a diferença e tem um prejuízo; se o tratamento for mais barato, o hospital fica com a diferença e tem lucro. Os hospitais querem, por isso, trabalhar com o mínimo de custos possível. São obrigados a reduzir os serviços prestados e têm cada vez mais dificuldades económicas. Para grupos de clínicas privadas é, por isso, fácil ficar com estes hospitais e aumentar o seu raio de influência.

Piores condições de trabalho e medicina de classes?

As consequências são uma redução da qualidade dos serviços de saúde.

Os doentes têm menos tempo para recuperar, porque são enviados mais depressa para casa. Os hospitais querem sobretudo tratar os ricos com seguros privados, que possam pagar mais serviços.

Vítimas: trabalhadores e doentes

As vítimas desta situação são, por um lado, os trabalhadores: pressão sobre os salários, turnos de trabalho mais longos, menos subsídios por trabalho nocturno ou ao domingo, transferência ou encerramento de determinados serviços, etc. O discurso é que o pessoal tem de ser «flexível» para que os custos se mantenham baixos. As profissões de assistência médica tornam-se menos atraentes – há cada vez menos pessoal a formar-se e a querer fazer o trabalho.

As vítimas são, por outro lado, os doentes que não têm dinheiro para um seguro de saúde privado. É a porta aberta à medicina de classes.

⇒ Aurora García

Negociações do CCT do Coop

Queremos mais protecção e salários justos!

O CCT do Coop expira este ano, as negociações serão retomadas nesta primavera. O novo CCT deverá entrar em vigor em 2014, ano em que o Coop festeja o seu centenário. Uma petição dos delegados da conferência profissional Coop do Unia exige mais protecção contra a flexibilidade e um bom CCT para todos.

Nos passados 10 anos, o volume de vendas, os lucros e a produtividade da empresa Coop cresceram.

Os lucros aumentaram 43% neste período. Mas o pessoal está sob uma pressão constante e tem de lidar com



Coop: trabalhadores querem um bom CCT para todos.

tipos de tarefas e horários de trabalho cada vez mais flexíveis. Além disso, estagnam os salários, sobretudo os de trabalhadores mais antigos.

Petição por mais protecção

Isto deve mudar. Os delegados exigem uma melhoria do CCT nos seguintes pontos:

1. Mais protecção contra a flexibilidade através da limitação de horas a mais ou a menos e dos dias de trabalhos longos (por exemplo, reintrodução do relógio de ponto).
2. Salários justos através de um aumento dos salários mínimos, através da contagem da experiência e grau de responsabilidade, pela igualdade e transparência salarial.
3. Um bom contrato colectivo de trabalho para todos, através de uma autêntica parceria social, tendo os delegados sindicais eleitos direitos e deveres claros, de forma a que o CCT possa ser respeitado e controlado em todas as filiais.

Para dar mais peso a estas exigências, estas foram resumidas numa petição do pessoal e recolhemos assinaturas. Porque também as trabalhadoras e os trabalhadores do Coop têm direito a uma parte do bolo!

⇒ Aurora García

Entrevista



Rita Schiavi, directora do departamento de migração e membro do comité director do Unia

Cláusula de salvaguarda

Perigo de condições de trabalho mais precárias

O conselho federal talvez active a cláusula de salvaguarda para todos os países da UE – espera-se a decisão final em fins de Março. O Horizonte falou com Rita Schiavi, chefe do departamento de migração e membro do comité director do Unia, sobre os motivos e as consequências da reintrodução de contingentes.

Se a cláusula de salvaguarda for efectivamente activada na Primavera, quais serão as consequências para os/as migrantes dos países da UE?

As autorizações B (para os cidadãos dos UE-17) e L (para os cidadãos dos UE-8) voltariam a ser limitadas a um determinado contingente de pessoas. Neste caso, se o contingente esgotar e as empresas continuarem a precisar de mão-de-obra, poderão continuar a empregar trabalhadores transfronteiriços ou que tenham uma autorização de estadia de curta duração. Ou podem dar empreitadas a empresas estrangeiras que as realizam com trabalhadores destacados. Este será sobretudo o caso dos ramos afins à construção. Para os migrantes em causa, isto significa que só têm acesso a trabalhos temporários, não sabem se estes serão prolongados e não podem por isso planear o seu futuro. E o caminho para o trabalho será mais longo para os transfronteiriços que trabalhem longe da fronteira.

O conselho federal afirma sempre que a livre circulação de pessoas é muito importante para a economia suíça. Por que pensa ele agora em a limitar?

O conselho federal espera com isso acalmar os cidadãos, tendo em vista as próximas votações ligadas a temas de migração (iniciativas «Ecopop» e da UDC «contra a migração de massas»). Há realmente o perigo de que estas iniciativas sejam aprovadas pela maioria da população. Mas eu penso que a cláusula de salvaguarda é a forma errada de as combater.

Qual é a posição do Unia e da União de Sindicatos Suíços em relação à activação da cláusula de salvaguarda?

Nós dizemos, como já o fizemos há um ano, que a cláusula de salvaguarda não altera nada. Se a mão-de-obra for necessária, os empregadores encontram meios para empregar pessoas, mesmo com a cláusula de salvaguarda. Para os trabalhadores em causa, no entanto, isto significa que terão de trabalhar em condições muito mais precárias e que não poderão planear o seu futuro na Suíça. Pode, no entanto, haver falta de trabalhadores qualificados, porque estes só vêm para a Suíça se tiverem uma autorização de estadia ilimitada. É este o caso sobretudo de pessoal do ramo da saúde, engenheiros, quadros, etc.

O acordo de livre circulação de pessoas tem futuro?

Penso que existe um certo risco de que o alargamento da livre circulação a cidadãos da Croácia, que entra este ano na UE, não seja aprovado pela maioria da população. O mais importante será que as medidas de acompanhamento da livre circulação sejam eficazes. Precisamos sobretudo da responsabilidade solidária porque o dumping salarial levado a cabo por subempreiteiras duvidosas é uma realidade na construção. É verdade que a lei da responsabilidade solidária foi aprovada pelo parlamento. Mas os empregadores tentam agora por todos os meios influenciar a sua aplicação de forma a que o seu efeito real seja limitado. Os empregadores parecem ainda não ter compreendido que poderão pôr em causa a livre circulação de pessoas se não colaborarem numa aplicação rigorosa das medidas de acompanhamento!

⇒ Aurora García

Ensino do Português no Estrangeiro

Propina introduzida pelo governo

Os alunos do ensino de português no estrangeiro (EPE) vão pagar uma propina de €100 a partir do próximo ano lectivo. É essa a vontade do governo português, que publicou no dia 11 de Março de 2013 uma portaria correspondente.



Março de 2012: muitas crianças portuguesas manifestaram-se pelo EPE na Suíça!

O valor de base da propina é de €100, mas a portaria (102/2013 de 11 de Março) prevê valores mais baixos para casos especiais, nomeadamente de pais desempregados, famílias com mais de um filho, famílias monoparentais ou para crianças em escolas associadas. A portaria prevê ainda uma taxa para alunos que se queiram propor autonomamente à prova de certificação do nível proficiência de português.

Medida há muito anunciada

Há muito que o governo, através do secretário de estado para as comunidades, José Cesário, vinha anunciando a propina para o EPE, mas a legislação correspondente só agora foi publicada. A medida é fortemente contestada por pais, sindicatos de professores e comunidades portuguesas no estrangeiro em geral.

O governo justifica a aplicação da propina com a promoção da qualidade, a garantir pela certificação da aprendizagem, acções de formação dos professores, «selecção criteriosa dos manuais escolares», maior ligação das escolas à Comunidade, etc.

Medida não garante a qualidade

O sindicato Unia associa-se a pais, sindicatos de professores e comunidade portuguesa no repúdio desta medida. O ensino de português no estrangeiro é um direito garantido pela Constituição a filhos de portugueses no estrangeiro. Tudo aquilo que, segundo a portaria, é importante para a qualidade do ensino já existia antes e não é a introdução de uma propina que vai «promover qualidade».

Há outras medidas, essas sim, fundamentais para a promoção da qual-

idade do ensino: o pagamento de salários dignos aos professores do EPE seria um início. Porque os salários dos professores, além dos cortes iguais aos salários em Portugal, encolheram ainda mais devido à forte descida do euro face ao franco.

Afirmação e divulgação do português no mundo

A portaria defende que o EPE é importante para a afirmação e divulgação da língua portuguesa no mundo. Nos últimos dois anos, o número de professores de EPE na Suíça teve uma redução de 1/3. Prevê-se que a introdução da propina leve a uma nova redução de alunos e de aulas. Não é assim que a língua portuguesa verá a sua afirmação e divulgação no mundo!

Marília Mendes

Projecto Portugal e Operación España

70 trabalhadores da construção em formação



Formandos e delegação do Parifonds em Avioso, Porto.

70 trabalhadores portugueses e espanhóis frequentaram em 2013 os cursos do Projecto Portugal e Operación España. A delegação do Parifonds Bau que em Janeiro visitou os centros onde decorre a formação constatou, uma vez mais, a importância destes cursos para os trabalhadores, mas também para a indústria da construção na Suíça.

Quando em Janeiro e Fevereiro há menos trabalho na construção, os trabalhadores portugueses e espanhóis podem frequentar os cursos do ramo realizados em Portugal e na Espanha. Assim, não só aprofundam os seus conhecimentos técnicos, como obtêm um certificado de formação suíço, que lhes permite subir de categoria profissional, passando a receber um salário da categoria A.

Formação teórica e prática

Este ano os cursos foram frequentados por 70 trabalhadores em Arteixo, Espanha, e Avioso e Prior Velho, Portugal. Os cursos compreendem uma parte teórica (leitura de planos, cálculos, etc.) e muita prática em diferentes áreas da construção: alvenaria, cofragens, canalizações e entivações. A segurança no trabalho é também um importante tema sempre abordado.

Visita da delegação do Parifonds

Em finais de Janeiro, uma delegação do Parifonds, constituída por representantes dos sindicatos Unia e Syna, da Sociedade Suíça de Empresas da Construção, bem como de dois membros do Centro de Formação Profissional de Sursee, visitou os centros onde decorreram os cursos. A delegação pôde constatar a qualidade dos trabalhos e tomar nota de alguns pontos que serão abordados no curso para instrutores, que terá lugar em Setembro em Sursee.

Formados mais de 2000 trabalhadores

Estes cursos realizam-se desde 1987 (1982 em Espanha) e até agora mais de dois mil trabalhadores já se puderam aperfeiçoar profissionalmente graças a eles. A delegação do Pari-

fonds reafirmou, perante os formandos, a importância desta formação para a qualificação profissional dos trabalhadores portugueses e espanhóis e dessa forma para a indústria da construção na Suíça. Esta depende de mão-de-obra estrangeira, como referiu o senhor Jean-Pierre Grossmann, da Sociedade Suíça de Empresários da Construção, para continuar a trabalhar com sucesso, como tem acontecido até agora. 63% dos trabalhadores da construção não têm passaporte suíço e mais de 28% são de origem portuguesa.

Importância da formação para o Unia

A formação e valorização profissional e pessoal dos trabalhadores são fundamentais para o sindicato Unia. Por isso, vai continuar a apostar nestes cursos, bem como noutros tipos de formação, como, por exemplo, nos cursos de língua, nomeadamente os do ramo da construção.

Marília Mendes



Formação prática no Prior Velho, Lisboa.

Pergunte, que nós respondemos



Pensão de invalidez: Também a recebe no estrangeiro?

Sou português e trabalhei muitos anos na Suíça. Recebo há quatro anos uma pensão de reforma por invalidez. Vivo há dois anos com a minha companheira na Croácia. Porque estou, felizmente, melhor de saúde, o seguro de invalidez (IV/AI) reduziu a minha meia pensão para uma de um quarto. Mas o seguro de invalidez recusa-se a pagar-me esta pensão enquanto eu viver na Croácia. Segundo ele, pensões de um quarto de invalidez só são pagas se o segurado viver na Suíça. A IV/AI tem razão?

Só em parte. Os cidadãos suíços recebem pensões por invalidez, independentemente do lugar onde vivem. O mesmo é válido para cidadãos dos 27 estados da União Europeia (UE) e dos três países da AELC, Liechtenstein, Noruega e Islândia. Mas: isto só é válido para pensões de invalidez completas, meias pensões ou de três quartos. Pensões de um quarto só são pagas se os beneficiários tiverem a sua residência na Suíça ou num país da UE/AELC. Porque é português, logo cidadão da UE, está correcto que a IV/AI lhe tenha pago a meia pensão de invalidez na Croácia. Porque agora só tem direito a um quarto de pensão, não a recebe lá porque a Croácia (ainda) não é um país da UE.

Diferente é a situação para pessoas que não são cidadãs de um país da UE ou da AELC. Para estas, tudo depende da existência de um acordo de segurança social entre a Suíça e o seu país. Se for o caso, então as pensões de invalidez (excepto as de um quarto) são pagas independentemente do país em que a pessoa vive. Se não houver nenhum acordo de segurança social, então as pensões de invalidez só são pagas em caso de residência na Suíça. A regulamentação legal é, infelizmente, bastante complexa. Não hesite, por isso, em pedir mais informações junto do seu secretariado Unia.

Peter Schmid, work, 31.1.2013

Desempregado: posso manter o meu segundo emprego?

Além do meu trabalho de 80% por conta de outrem, também trabalho por conta própria como webdesigner. Crio e faço a manutenção páginas web de clientes. Agora perdi o emprego de 80% e estou desempregado. Mas continuo a ter trabalho como webdesigner. Se me inscrever na caixa de desemprego e requerer subsídio de desemprego, posso continuar a desenvolver esta actividade por conta própria ou tenho de desistir dela?

Desde que não alargue a sua actividade por conta própria e não limite a sua empregabilidade, pode continuar a trabalhar como webdesigner. Não tem desvantagens por isso durante o período de desemprego. Tem, no entanto, de estar disposto a procurar trabalho para os restantes 80% e estar disponível para aceitar um emprego. Isto é, a sua actividade de webdesigner não o deve impedir de aceitar um trabalho por conta de outrem no horário habitual de trabalho. O RAV/ORP vai, por isso, querer obter dados exactos sobre o seu trabalho por conta própria (percentagem, horário). É obrigado a informar o RAV/ORP sobre qualquer aumento da sua actividade por conta própria durante o período de desemprego.

Timur Öztürk, work, 15.2.2013

Impressum: Beilage zu den Gewerkschaftszeitungen work, area, Événement syndical | Herausgeber Verlagsgesellschaft work AG, Zürich, Chefredaktion: Marie-José Kuhn; Événement syndical SA, Lausanne, Chefredaktion: Sylviane Herranz; Edizioni Sociali SA, Lugano, Chefredaktion: Claudio Carrer | Redaktionskommission A. García, D. Filipovic, E. Sariasslan, M. Martin, M. Mendes, O. Osmani | Sprachverantwortlich Marília Mendes | Layout C. Lonati, Unia | Druck Ringier Print, Adligenswil | Adresse Unia Redaktion «Horizonte», Weltpoststrasse 20, 3000 Bern 15, marilia.mendes@unia.ch



Die Gewerkschaft. Le Syndicat. Il Sindacato.

www.unia.ch